

Formação docente como capital humano para o desenvolvimento endógeno: um retrospecto de 1994 a 2020

Teacher training as human capital for endogenous development: a retrospective from 1994 to 2020

José Gileá de Souza

Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano. Coordenador do Mestrado em Direito, Governança e Políticas Públicas da Universidade Salvador (Unifacs). Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). jose.gilea@unifacs.br.

Claudia Pimentel Hora

Mestranda em Desenvolvimento Regional e Urbano (Unifacs). Pedagoga, especialista em desenvolvimento humano. cpimentel_0108@hotmail.com

Graciely Lima Ferraz da Silva

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (Unifacs), Brasil. Docente Unifacs, Brasil. graciely.silva@ulife.com.br

Jaqueline Sampaio Schramm Mota

Mestranda em Desenvolvimento Regional e Urbano (Unifacs) Pedagoga, docente no Centro Universitário Jorge Amado. jaquelineschramm@gmail.com

...

1 INTRODUÇÃO

A sala de aula é o laboratório onde se constrói o futuro de uma nação. A formação de professores, nesse contexto, emerge como um investimento estratégico para o desenvolvimento endógeno. Desde os anos 1990, a educação brasileira foi profundamente influenciada por um contexto global marcado pela intensificação da globalização econômica e pela ascensão das tecnologias da informação com as definições de políticas neoliberais que apregoam o livre mercado o enfraquecimento do papel do Estado, tais características compõem o cenário onde a Constituição Federal - CF de 1988 será forjada e posteriormente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96 (Ramos, 2005). Essa nova ordem mundial, caracterizada pela integração de mercados e pela valorização do conhecimento, impôs novos desafios à formação docente. A lógica neoliberal, que predominou nesse período, promoveu a mercantilização da educação e a intensificação de parcerias entre o Estado e a iniciativa privada. O desenvolvimento endógeno, pautado na valorização dos recursos locais e na construção de capacidades endógenas, tornou-se um paradigma relevante nas discussões sobre desenvolvimento. Sen (2000), introduz o conceito de "capacitações" como as diversas possibilidades de ser e fazer que um indivíduo tem ao longo da vida. A educação, neste contexto, é vista como um meio de expandir essas capacidades e emerge como um dos principais vetores de transformação social. Nesse cenário, a formação de professores passou por significativas transformações, com a proliferação de cursos a distância e a terceirização de serviços educacionais.

A formação de professores, enquanto processo contínuo de desenvolvimento profissional, é o primeiro passo para a construção de um projeto educacional comprometido com a equidade e a justiça social. As perspectivas teóricas de Gramsci (1991) e Freire (1996) destacam a importância do papel ativo do professor na construção do conhecimento e na formação de sujeitos críticos. No entanto, a partir dos anos 1990, as políticas neoliberais, com



sua lógica de mercado e fragmentação das políticas públicas, submeteram a educação brasileira a uma profunda reestruturação.

Conforme Frigotto (2003), o projeto educacional nacional passou a ser moldado pela lógica unidimensional do mercado, desvalorizando o papel do Estado e da escola como espaços de formação cidadã. A globalização, com sua ênfase na competitividade, intensificou essa tendência, exigindo a adequação dos sistemas educacionais às demandas do mercado. Nesse contexto, a formação de professores foi significativamente impactada, com a proliferação de cursos a distância e a precarização das condições de trabalho. A teoria das capacidades de Amartya Sen (2000) nos lembra que a educação é um direito fundamental e um meio de expandir as possibilidades humanas, sendo fundamental para o desenvolvimento endógeno. A formação de professores, portanto, precisa ser repensada para que possa contribuir na construção de um projeto educacional que promova a autonomia, a criticidade e o desenvolvimento de capacidades dos estudantes, alinhado com as demandas por desenvolvimento endógeno.

Assim o objetivo desse estudo é compreender como a formação de professores, entre 1994 e 2020, se articulou com as demandas por um desenvolvimento endógeno no Brasil, considerando as políticas públicas implementadas, as práticas pedagógicas desenvolvidas e os desafios enfrentados pelos docentes. A metodologia de abordagem utilizada foi uma revisão da literatura nacional e internacional sobre formação de professores, desenvolvimento endógeno, políticas públicas educacionais e história da educação brasileira no período em questão. Foram consultadas bases de dados acadêmicas, artigos científicos, livros, documentos oficiais e legislação pertinente

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação, historicamente concebida como um direito social e um bem público, sofreu profundas transformações nas últimas décadas, sendo cada vez mais tratada como uma mercadoria sujeita às leis do mercado. As reformas educacionais, materializadas em documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), refletem essa mudança paradigmática. A LDB privilegiou a formação em cursos reconhecidos e instituiu novas exigências para o exercício da docência, moldando a formação inicial e continuada dos docentes sob a égide do mercado. Para compreender como a formação de professores se articulou com as demandas por desenvolvimento endógeno no Brasil entre 1994 e 2020, considerando as políticas públicas implementadas, as práticas pedagógicas desenvolvidas e os desafios enfrentados pelos docentes, realizamos uma revisão sistemática da literatura nacional e internacional. A pesquisa envolveu a consulta a bases de dados acadêmicas, artigos científicos, livros, documentos oficiais e legislação pertinente, buscando identificar os principais debates e tendências nesse período.

2.1 Práticas pedagógicas e desenvolvimento endógeno

A formação docente, tanto inicial quanto continuada, configura-se como um processo crucial para a qualidade do ensino e a construção de sociedades mais justas e equitativas. A perspectiva de Nóvoa (1992) sobre a formação como um processo reflexivo e contínuo, que convida os docentes a uma análise crítica de suas práticas, encontra um sólido embasamento teórico na abordagem do desenvolvimento humano proposta por Amartya Sen (2010). Sen, ao conceber o desenvolvimento como a expansão das capacidades humanas, transcende o paradigma economicista e destaca a importância da educação como um direito fundamental e um meio para a promoção da justiça social e da liberdade.

A questão social no Brasil, envolve as desigualdades socioeconômicas e os desafios enfrentados na promoção da inclusão social. Cardoso (1970), destacou a importância de



políticas públicas para enfrentar a pobreza, a desigualdade e a exclusão social. Suas análises sublinham a necessidade de reformas estruturais, bem como a implementação de políticas redistributivas que possam melhorar a qualidade de vida das populações mais vulneráveis.

A formação de professores, ao proporcionar aos docentes as ferramentas necessárias para desenvolver práticas pedagógicas que promovam a autonomia e o pensamento crítico nos estudantes, contribui para a expansão das capacidades humanas, alinhada à perspectiva seniana. A articulação entre as teorias de Nóvoa e Sen oferece um arcabouço teórico para a compreensão da formação docente como um investimento estratégico para o desenvolvimento social.

2.2 Políticas públicas educacionais para a formação docente

A expansão quantitativa da educação básica no Brasil, embora notável, não se traduziu em uma melhoria proporcional da qualidade do ensino. A análise histórica, sob a lente de autores como Saviani (2017), revela que as desigualdades sociais e as relações de poder historicamente constituídas no país influenciaram profundamente a formulação e implementação de políticas educacionais, resultando em um sistema marcado por disparidades e baixa qualidade. A falta de investimentos adequados e a priorização de interesses econômicos sobre as necessidades sociais contribuíram para esse cenário, evidenciando a necessidade de uma profunda reformulação do sistema educacional brasileiro. Saviani (2017) demonstra como as relações de poder na sociedade brasileira influenciaram historicamente os investimentos em educação. A formação inicial de professores, moldada por essas relações de poder, reflete um projeto educacional que, por vezes, prioriza interesses particulares em detrimento das necessidades da população, perpetuando as desigualdades sociais.

A desconexão entre teoria e prática, a precarização das condições de trabalho e a falta de apoio institucional são alguns dos fatores que dificultam a profissionalização docente. Saviani (2017) destaca a importância da fase inicial da carreira docente e os desafios enfrentados pelos professores nesse período, como a falta de preparo para lidar com a diversidade dos alunos e as demandas da gestão escolar. A formação inicial, muitas vezes marcada por um enfoque conteudista e descontextualizado, não prepara adequadamente os futuros professores para os desafios da prática pedagógica, corroborando a análise de Freitas (2015) sobre a necessidade de um acolhimento institucional mais efetivo aos iniciantes. A fim de reverter esse quadro, é fundamental repensar os currículos dos cursos de formação inicial, privilegiando a articulação entre teoria e prática e a formação de professores pesquisadores.

A superação dos desafios da educação brasileira exige uma revisão profunda da formação inicial e continuada de professores. A criação de programas como a Residência Pedagógica representa um avanço significativo nesse sentido, ao promover a articulação entre teoria e prática e oferecer aos futuros professores a oportunidade de vivenciar experiências reais na escola. Segundo esse documento legal, o programa de Residência Pedagógica tem como função precípua “[...] apoiar Instituições de Ensino Superior na implementação de projetos inovadores que estimulem a articulação entre teoria e prática nos cursos de graduação [...]” (Brasil, 2018: art. 1º, inciso I) geridos em conjunto com as redes públicas de educação básica.

No entanto, é fundamental que a formação docente seja concebida como um processo contínuo e reflexivo, que permita aos professores desenvolverem as competências necessárias para promover a aprendizagem significativa dos alunos e lidar com as complexidades da sala de aula. Nesse sentido, a valorização da pesquisa, a construção de currículos que articulem os conhecimentos teóricos com as demandas da prática pedagógica e a criação de políticas públicas que valorizem a profissão docente são essenciais para garantir a qualidade do ensino e a equidade educacional no Brasil. A perspectiva de Hypolito (2011) sobre a prática



pedagógica como uma “política de experiência” e a necessidade de conceber a formação de professores como política cultural, reforçam a importância de que a formação inicial prepare os docentes para atuarem de forma crítica e reflexiva, considerando as especificidades do contexto escolar e as demandas da sociedade, algo que deve estar no horizonte de qualquer construção curricular. Na visão do autor, há resistências, lugares de oposição à construção de significados associados a relações de poder que especificam desigualdade e diferença tanto na sociedade quanto na escola.

Resoluções e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) representam marcos importantes na regulamentação e desenvolvimento da formação de professores no Brasil, refletindo as mudanças nas políticas educacionais e nas necessidades do sistema de ensino ao longo dos anos.

3 DISCUSSÕES

Propõe uma análise crítica sobre a formação de professores no Brasil no período de 1994 a 2020, com o intuito de compreender sua relação com as demandas por desenvolvimento endógeno. A pesquisa visa discutir como políticas públicas inovadoras, práticas pedagógicas e os desafios enfrentados pelos docentes impactam na formação de profissionais capacitados para atender às especificidades do contexto brasileiro. Nesse sentido, o estudo explora de que maneira a formação docente tem contribuído para o fortalecimento da autonomia educacional e o desenvolvimento local, além de levantar questões sobre os obstáculos e as possibilidades para uma formação mais integrada às necessidades das comunidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da formação de professores no período compreendido entre 1994 e 2020 revela a necessidade de aprofundar as investigações sobre a temática, considerando a complexidade dos fatores que influenciam esse processo. A pesquisa realizada evidencia a importância de se considerar a formação docente como um processo contínuo e contextualizado, que se insere em um cenário marcado por constantes transformações.

A revisão da literatura, embora contribua para a compreensão da temática, apresenta algumas limitações, a natureza qualitativa do estudo, baseada numa revisão bibliográfica, não permite generalizações para além do contexto analisado. Não foram realizadas pesquisas de campo com professores ou gestores escolares, o que poderia enriquecer a análise com dados mais específicos sobre as suas percepções e experiências.

No entanto, a presente pesquisa aponta para a necessidade de aprofundar o estudo de temas como a relação entre políticas públicas e práticas pedagógicas, o impacto das tecnologias digitais na formação docente e a valorização da diversidade cultural e social na escola. Nesse sentido, contribui para a construção de um campo de conhecimento mais coeso sobre a formação de professores no Brasil, abrindo caminho para futuras investigações que possam subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes e que valorizem a educação como um direito social e invistam na formação de professores como um fator estratégico para o desenvolvimento do país. É fundamental que as instituições formadoras de professores, em parceria com as escolas e com a comunidade, promovam ações que visem à melhoria da qualidade do ensino e à formação de professores críticos, reflexivos e comprometidos com a transformação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002** - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. 2018. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf. Acesso em: 01 ago. 2024.

BRASIL. **Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica:** orientações gerais. 2005. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livrodarede.pdf> >. Acesso em: 01 ago. 2024.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Dependência e desenvolvimento na América Latina:** ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

FALSARELLA, Ana Maria. **Formação continuada e prática de sala de aula:** os efeitos da formação continuada para o professor. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** Campinas: Papirus, 2015.

FRIGOTTO, G.; CIAVUMTTA, M. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado.** Educação & Sociedade. Campinas/SP, v. 24, n. 82, abr. 2003.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente.** *Educação: Teoria e Prática* [online], São Paulo, v. 21, n. 37, p. 63-80, 2011.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores.** Porto Alegre: Artemed, 2010.

LIMA, Antônio Bosco de. Políticas Educacionais e o Processo de “Democratização” da Gestão Educacional. In: LIMA, Antônio de. (Org.). **Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada.** São Paulo: Xamã, 2014. p.17-38.

MAGALHÃES, L. K. C.; AZEVEDO, L. C. S. S. **Formação Continuada e suas implicações:** entre a lei e o trabalho docente. *Cadernos CEDES*, São Paulo, v. 35, n. 95, p. 245-260, abr. 2015. DOI: 10.1590/CC0101-32622015146769

NÓVOA, A. **Formação de professores:** teoria e prática. Lisboa: Educa, 1992.

ONG, Aihwa. **Neoliberalism as Exception:** Mutations in Citizenship and Sovereignty. Durham e Londres: Duke University Press, 2006.

SAVIANI, D. **O Plano de Desenvolvimento da educação:** análise do projeto do MEC. In: **Educação & Sociedade:** Revista de Ciência de Educação/ Centro de Estudos Educação e Sociedade, v. 28, n. 100- Especial, 2017.

SEN, A. **A ideia de justiça**. Tradução Denise Bottmann e Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, José Gileá de. **Desenvolvimento:** como compreender e mensurar. Curitiba: Appris, 2018.